

IV Encontro Nacional da Articulação no Semi-árido Brasileiro- EnconASA

Carta Política

Campina Grande (PB), 14 de novembro de 2003.

Ao Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva;
Aos Governadores, Senadores, Deputados Federais e Estaduais,
especialmente dos estados do Semi-árido brasileiro;
Aos prefeitos e vereadores dos municípios inseridos na região semi-árida;
À sociedade brasileira;

O IV Encontro Nacional da Articulação no Semi-árido Brasileiro (EnconASA), realizado em Campina Grande, na Paraíba, entre os dias 11 e 14 de novembro de 2003, foi um momento marcante no fortalecimento da ASA como interlocutora da sociedade civil na busca de novos paradigmas para o desenvolvimento do Semi-árido brasileiro.

Centrando o debate no tema da agricultura familiar, buscando a construção da segurança alimentar e nutricional no Semi-árido Brasileiro, nós, 500 delegados e delegadas, agricultores e agricultoras, experimentadores e convidados de 11 estados do Semi-árido, oriundos de sindicatos e outros movimentos sociais, organizações não-governamentais, ambientalistas, cooperativas, associações comunitárias, igrejas e agências de cooperação, presentes neste Encontro, expressando as aspirações e experiências vividas por significativa parcela das populações da região Semi-árida, afirmamos;

É possível promover a sustentabilidade sócio-ambiental no Semi-árido brasileiro, através de uma agricultura familiar numerosa e próspera, garantindo segurança alimentar e nutricional para milhões de pessoas desta região, numa perspectiva que incorpore no seu dia a dia, a vivência equitativa de gênero, o respeito e valorização das etnias, com a participação efetiva dos jovens.

Consideramos que a nação não pode mais conviver nesta contradição permanente, de ter um potencial agrícola e humano prontos para atender às

necessidades de consumo alimentar de toda a sua população, enquanto milhões de homens, mulheres e crianças são passados fome ou são desnutridos, em virtude de um projeto de desenvolvimento excludente.

Entendemos que esta realidade ocorre porque sucessivos governos adotaram um padrão de desenvolvimento rural que desperdiça a sabedoria de nossa população rural em aproveitar de forma sustentável as ofertas da natureza. Este ciclo pode e deve ser rompido. Sua herança é uma agricultura predatória, que esgota nossos recursos naturais e, principalmente, não valoriza a força e cultura de milhões de homens e mulheres do campo.

Acreditamos que a eliminação dos riscos da fome e da desnutrição em nosso País só ocorrerá de forma concreta se o Estado e a sociedade civil organizada promoverem, em conjunto, um novo modelo de desenvolvimento rural, que valorize o potencial ambiental de nosso território, aproveitando a capacidade de trabalho e as soluções criativas da agricultura familiar.

As experiências bem-sucedidas de agricultura familiar agroecológica, apresentadas e discutidas em nosso IV EnconASA, revelam uma outra realidade no campo. São agricultores e agricultoras inovadores, produtores, empreendedores, que estão mostrando de forma concreta, que é possível conviver com o Semi-árido.

São experiências desenvolvidas com base em iniciativas de inovação técnica e sócio-organizativa de milhares de famílias e centenas de grupos comunitários, cooperativas, associações, sindicatos, a partir das quais se pode extrair ensinamentos para a formulação de políticas públicas orientadas para a promoção da segurança alimentar e do desenvolvimento agrícola em convivência com o Semi-árido.

Diante desta realidade, a ASA destaca as propostas discutidas e aprovadas por seus delegados e delegadas, em torno de alguns eixos temáticos e de ação. São eles: Acesso à água; Acesso à Terra; Desertificação; Educação para a Convivência com o Semi-árido; Crédito, Financiamento e Assistência técnica; Comunicação e Biodiversidade.

São elas:

Acesso à terra

A histórica concentração fundiária no Semi-árido brasileiro é uma das principais causas da situação de pobreza, miséria, insegurança alimentar e nutricional da região. Os grandes projetos hidroelétricos, de armazenamento de água, de irrigação, de reflorestamento ou de exploração agropecuária têm reforçado esta injusta estrutura de distribuição das terras.

A política do novo Governo Federal sinaliza para uma perspectiva de executar uma nova política nacional de reforma agrária. Esta nova prática política, no entanto, tem se revelado lenta, sem contemplar, até o momento, as especificidades do Semi-árido. A grande maioria dos agricultores e agricultoras familiares ainda trabalha em terras alheias ou nos minifúndios. Somente uma pequena parcela dispõe de uma quantidade de terra adequada para que tenha uma vida digna nas condições do semi-árido.

Diante desse dramático quadro a ASA:

- ✓ Defende uma Reforma Agrária ampla, massiva e de qualidade, como a grande oportunidade de geração de emprego no País e aumento da quantidade de alimentos acessível à população. Defende, também que sejam destinadas para Reforma Agrária as terras públicas hoje arrendadas a preços irrisórios, para plantio de eucalipto e outras monoculturas, e fazendas com práticas de trabalho escravo.
- ✓ Afirma seu apoio ao limite do tamanho da propriedade da terra em 35 módulos fiscais, conforme campanha realizada pelas entidades que compõem o Fórum Pela Reforma Agrária e Justiça no Campo;
- ✓ Reivindica a regularização da posse da terra para as diversas categorias de agricultores e agricultoras familiares, que não detêm a propriedade formal da terra, dentre elas, as experiências de fundo de pasto;
- ✓ Defende uma reforma agrária que leve em conta as especificidades e diversidades regionais, e, de modo especial, aquelas do Semi-árido;
- ✓ Reforça a desapropriação como principal instrumento para se empreender uma reforma agrária que garanta a mais ampla inclusão social, apoiando efetivamente o Segundo Plano Nacional de Reforma Agrária e outras iniciativas de acesso à terra que venham a complementá-lo, exigindo para os mesmos a alocação efetiva de recursos;

- ✓ Apóia o imediato reconhecimento das terras das comunidades quilombolas; a demarcação e proteção das terras indígenas e das unidades de conservação e a implantação de sistemas sustentáveis de assentamentos, garantido o reassentamento aos posseiros agricultores familiares;
- ✓ Reivindica a implementação de uma política agrícola voltada para os (as) assentados(as) da reforma agrária, que privilegie ações com enfoque agroecológico e de convivência com o semi-árido, a partir das linhas de crédito específicas para assentamentos/Pronaf A e outras a serem criadas, a partir dos interesses e aptidões das realidades locais

Acesso à água

O acesso à água é um direito humano básico, que necessita ser urgentemente efetivado para toda a população, em especial aos agricultores e agricultoras familiares do Semi-árido brasileiro. No entanto, as políticas de recursos hídricos, historicamente desenvolvidas para nossa região, baseadas prioritariamente nas grandes obras hídricas, provocaram degradação ambiental e exclusão social.

A oferta centralizada de água, através de grandes barragens e adutoras, centrada em políticas historicamente emergenciais, formuladas e implementadas sem a participação da sociedade civil, beneficiam os grandes proprietários e as grandes empresas, além de não democratizar o acesso à água de qualidade para todos. As legislações, por sua vez, apontam para a crescente mercantilização da água, suprimindo o direito das populações tradicionais a este bem essencial à vida.

Por outro lado, as experiências de captação de água das chuvas em milhares de propriedades e comunidades, através de métodos simples, baratos, acessíveis, de domínio dos agricultores e agricultoras de comprovada eficiência técnica, já demonstraram a importância da descentralização das estruturas de abastecimento d'água para a segurança alimentar, nutricional e hídrica das populações do Semi-árido brasileiro.

Diante deste quadro, nos posicionamos:

- ✓ Pela garantia da continuidade do Programa de Formação e Mobilização Social para a Convivência com o Semi-Árido: Um

Milhão de cisternas Rurais (P1MC), como uma política pública de democratização e acesso à água de qualidade pelas famílias do Semi-árido brasileiro;

- ✓ Pela valorização e incorporação, nas políticas de captação de água, dos conhecimentos, práticas e tecnologias já desenvolvidos com êxito pelos agricultores e agricultoras (barragens subterrâneas, sucessivas, cacimbões, cacimbas, cisternas, poços etc);
- ✓ Enfatiza a prioridade pelo seu uso de forma difusa, tanto para consumo humano quanto para a produção, opondo-se a qualquer tentativa de concentração e privatização;
- ✓ Defende e defenderá a desprivatização dos açudes construídos com recursos públicos, garantindo às populações, especialmente as mais necessitadas, o acesso à sua água.

Transposição do rio São Francisco

Preocupa-nos as intenções anunciadas reiteradas vezes, pelo Governo Federal, de levar à frente o velho projeto de transposição de águas do rio São Francisco. Estudos realizados recentemente indicam a morte de vários de seus afluentes, seu assoreamento, além da ameaça de se tornar um rio intermitente. Efetivamente, este projeto se coloca dentro das fracassadas políticas públicas convencionais, que se orientam para a construção de grandes obras, voltadas para armazenar e transportar enormes volumes de água.

Essa política, além disso, se baseia em um modelo que prioriza o agro-negócio, em detrimento da agricultura familiar, apontando para ações de privatização e comercialização da água.

Manifestamos nosso apoio a um processo de revitalização participativo e democrático do rio São Francisco, com ampla mobilização da sociedade civil e contra o projeto de transposição de suas águas.

Sementes

Conservar as sementes é um importante serviço que a agricultura familiar do Semi-árido está prestando para a segurança alimentar e nutricional da sociedade, para a autonomia tecnológica de nossa agricultura e do nosso povo. As estratégias de conservação e reprodução das sementes, realizadas de forma natural e descentralizada, merecem apoio irrestrito das políticas públicas.

Desse modo, manifestamos nossa discordância com a atitude do Governo Federal, que autorizou, mediante medida provisória, o plantio de soja transgênica no Brasil. Entendemos que ela viola o princípio da precaução e abre um perigoso precedente para a disseminação desenfreada da transgenia na agricultura brasileira, com o risco potencial de subtração de nossa autonomia tecnológica e, conseqüentemente, de nossa possibilidade de alcançar segurança e soberania alimentar e nutricional.

A ASA propõe que a legislação em elaboração no Congresso Nacional, a partir de iniciativa do Poder Executivo, adote uma moratória por tempo indeterminado sobre a produção e comercialização de transgênicos, até que seja comprovada, cientificamente e com controle social, a inexistência de quaisquer riscos à saúde pública, ao meio ambiente, à autonomia tecnológica e econômica da agricultura familiar à segurança alimentar e nutricional da população brasileira.

Financiamento, crédito e assistência técnica para a Agricultura familiar

A ASA condena o atual modelo de assistência técnica e pesquisa agrícola, que privilegia os monocultivos e os latifúndios, em detrimento da dimensão plural da agricultura familiar. Isso implica em desvalorização do conhecimento acumulado dos agricultores e agricultoras familiares na convivência com o Semi-árido, e no não-financiamento de alguns dos elementos que compõem a diversidade da agricultura familiar. Nessa perspectiva:

No campo da assistência técnica;

- ✓ Cobramos a reformulação dos métodos adotados pela assistência técnica e pesquisa oficiais, para que se valorize o papel ativo dos

agricultores e agricultoras como produtores e disseminadores de conhecimentos, capazes de transformar a sua realidade;

- ✓ Propomos que os intercâmbios para o aprendizado mútuo entre agricultores e agricultoras sejam considerados como uma modalidade central nos processos de geração e disseminação de conhecimento;
- ✓ Ao mesmo tempo, propomos uma assistência técnica como um investimento público, realizada, quer pelo poder público, quer pela sociedade civil, baseada numa abordagem agroecológica, e controlada pelas organizações da agricultura familiar.

No campo do crédito, propomos;

- ✓ O apoio concreto às experiências exitosas de convivência com o Semi-árido, desenvolvidas pelos agricultores e agricultoras familiares, e que lhes permitem atravessar os períodos críticos de estiagem. Dentre essas, práticas do consorciamento de culturas, sementes, a diversificação das criações, arborizações, o plantio de nativas forrageiras e os quintais com plantas alimentares e medicinais;
- ✓ A desburocratização do financiamento, tornando o acesso ao crédito uma realidade;
- ✓ O aumento efetivo a cada ano do volume de crédito disponibilizado para a agricultura familiar;
- ✓ O reconhecimento oficial das cooperativas de crédito e das diversificadas modalidades de crédito desenvolvidas pelos trabalhadores e trabalhadoras rurais, como um instrumento de repasse dos recursos dos créditos oficiais;
- ✓ Exigimos, finalmente, que a concessão do crédito seja sempre acompanhado de processos de assistência técnica nos moldes acima descritos.

A produção de alimentos agroecológicos tem sido experimentada com sucesso pela agricultura familiar em diferentes regiões dos estados, resguardando a saúde das famílias dos agricultores e consumidores, evitando a contaminação ambiental por agrotóxicos e livrando os produtores e produtoras dos elevados custos destes insumos. Para que essas experiências se disseminem, propomos a implementação de políticas que estimulem a conversão ecológica dos sistemas de produção, e desestimulem a adoção dos pacotes agroquímicos.

Além do crédito orientado, propomos que sejam implementadas políticas específicas de apoio à comercialização dos produtos do Semi-árido, especialmente da produção agroecológica, e que as compras governamentais da merenda escolar e da alimentação de hospitais, privilegie os alimentos produzidos localmente.

Consideramos que o acesso democrático e justo aos mercados é condição fundamental para a promoção do desenvolvimento sustentável no Semi-árido. Para isso, o papel dos consumidores será decisivo na formação de uma visão positiva da região, valorizando seus produtos regionais, culturas, sabores e saberes, numa perspectiva solidária.

Desertificação

As práticas agrícolas e pecuárias desenvolvidas historicamente no Semi-árido brasileiro, têm se utilizado de processos como queimadas, plantio extensivo de monoculturas, uso indiscriminado de fertilizantes. Essas e outras práticas, conduzem à degradação profunda e salinização do solo e dos ecossistemas, que conduzem a processos de desertificação. Diante disso, defendemos:

- ✓ A elaboração e implementação do Plano Nacional de Combate à Desertificação, com participação e controle da sociedade civil;
- ✓ Apoio à revitalização das micro-bacias;
- ✓ Reconhecimento da agricultura familiar como modelo básico de manejo agroecológico da terra e desenvolvimento do semi-árido, evitando os monocultivos e os latifúndios.
- ✓ Implementação de uma política que proíba a implementação de extensas monoculturas de eucalipto, responsáveis pelos fenômenos denominados “desertos verdes”.

Educação

A população do Semi-árido, em especial a rural, apresenta os maiores índices de analfabetismo do País. Na era da informação, a falta de domínio da escrita e da leitura é uma das formas mais perversas de exclusão. Especialmente no âmbito do ensino formal, a concepção de educação ali desenvolvida, conduz a uma baixa auto-estima por parte dos agricultores e agricultores familiares, identificando aqueles que vivem no campo como “menos inteligentes”, “matutos” ou incapazes de encontrar novas

modalidades de vida. Este tipo de educação constrói culturalmente o êxodo rural e a crença na impossibilidade de uma vida digna no Semi-árido.

Diante desse quadro, a ASA exige a implementação, no ensino fundamental, de uma proposta de uma educação formal e pública para a convivência com o Semi-árido. Essa proposta deverá valorizar elementos como tecnologias, métodos, conteúdos, elementos da cultura local, da produção local, tecnologias alternativas e de experiências de convivência com o Semi-árido.

Por outro lado, a ASA cobra das universidades públicas, a capacidade de reconhecer os agricultores e agricultoras como produtores de conhecimento, e inter-relacionar-se com eles neste processo, construir os conhecimentos necessários ao desenvolvimento sustentável no Semi-árido.

Comunicação

De maneira geral, o controle da comunicação no Semi-árido está nas mãos das elites locais. O movimento pela democratização da informação, apesar de insipiente, é um dos desafios da comunicação na sociedade. De modo especial, a comunicação voltada diretamente para a realidade e cultura do Semi-árido também é pouco significativa.

Nesse contexto, a comunicação produzida pelas rádios comunitárias, vêm assumindo um papel importante na difusão de um projeto de desenvolvimento sustentável do Semi-árido. Essas rádios, no entanto, sofrem constantes perseguições, que muitas vezes inviabilizam seu funcionamento. Diante disso, a ASA exige:

A desprivatização e democratização da comunicação no País, especialmente através da outorga das concessões das rádios comunitárias, que têm se revelado aliadas importantes na divulgação de informações e cultura do Semi-árido.

Acreditamos na diversidade das experiências desenvolvidas pelos agricultores e agricultoras do Semi-árido brasileiro e estamos convencidos de que nelas se produz um conhecimento que, uma vez inter-relacionado com um saber academicamente sistematizado, se transformará num

conhecimento propulsor do projeto de desenvolvimento sustentável para o semi-árido.

Nossa experiência aponta para a diversidade, a multiplicidade, o reconhecimento dos agricultores e agricultoras como protagonistas de suas histórias. São uma prova concreta de que é possível reformular as bases estruturais do modelo de desenvolvimento rural, gerador da insegurança alimentar e nutricional no Semi-árido.

Acreditamos, finalmente, que somente com uma sociedade civil ativa e mobilizada, como a ASA tem demonstrado em suas diversas dimensões, é possível construir um projeto de desenvolvimento sustentável que garanta, de fato, a soberania alimentar e nutricional, com uma vida digna para o povo do Semi-árido.

A ASA expressa a esperança de que estas propostas estratégicas, fruto de décadas de lutas sociais e de esforço humano nos mais diferentes locais deste imenso Semi-árido, se tornem políticas públicas, assumidas pelos poderes legislativo e executivo, a nível federal, estadual e municipal, encerrando um ciclo vicioso e direcionando energias e estratégias para um pungente mundo rural, com uma agricultura familiar numerosa e próspera.